

UMA MISSÃO EDUCACIONAL AO URUGUAI: APRENDIZAGENS E IMPLICAÇÕES PARA O CENÁRIO EDUCACIONAL GAÚCHO

Eduardo **Arriada** – UFPel

Caroline Braga **Michel** – UFPel

Agência Financiadora: CNPq – Edital Universal

Resumo

Este trabalho tem como propósito discutir sobre a missão educacional encaminhada ao Uruguai em 1913 e 1914 pelas autoridades gaúchas bem como suas implicações para o sistema educacional gaúcho. A justificativa por apresentarmos como foco deste artigo a missão educacional ao Uruguai está circunscrita ao preenchimento de uma lacuna na historiografia da educação gaúcha e em buscar compreender as influências dessa missão para o ensino que estava sendo estruturado na primeira década do século XX. A análise pautou-se em fontes como as Mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa, os Relatórios da Secretaria do Interior e Exterior e o Relatório escrito pelos professores rio-grandenses com as impressões da viagem e possibilitou evidenciar: (i) certa idealização do modelo de ensino uruguaio em comparação ao modelo do Rio Grande do Sul; (ii) que algumas práticas e questões técnico-pedagógicas do sistema uruguaio começaram a ser utilizadas na Escola Complementar de Porto Alegre tais como a redução do número de alunos na classe de alfabetização e o uso do livro Diário para registro das lições ministradas pelos professores; (iii) a adaptação da obra do educador José Henriques Figueira, *Quieres Leer?*, por duas professoras do Rio Grande do Sul que participaram da missão.

Palavras-chave: Missão educacional; Uruguai; Rio Grande do Sul

UMA MISSÃO EDUCACIONAL AO URUGUAI: APRENDIZAGENS E IMPLICAÇÕES PARA O CENÁRIO EDUCACIONAL GAÚCHO

Introdução

O processo e o estabelecimento da escola moderna no Brasil, e no presente artigo, no caso do Rio Grande do Sul, trouxe entre outras questões, a possibilidade concreta de encetar e realizar “viagens pedagógicas” aos países europeus, ou quiçá, pelo

menos aos países vizinhos e periféricos como, por exemplo, o Uruguai e/ou a Argentina.

Muitas dessas missões eram incentivadas e financiadas pelo poder público e no geral tinham como objetivo investigar em que medida as condições educacionais dessas outras nações poderiam ajudar a melhorar a instrução pública, fosse relativo a difusão de métodos, o uso de material escolar e didático, bem como, o aperfeiçoamento e capacitação do corpo docente.

Na consolidação do Estado Nacional, bem como depois nas primeiras décadas do século XX, é possível evidenciar os diversos empréstimos e aproximações com os modelos internacionais nos mais diversos domínios. No campo da educação, este aspecto é perceptível no estabelecimento de diversos educandários, na legislação educacional, no uso de manuais pedagógicos e didáticos (tanto em língua estrangeira, e/ou adaptados, ou ainda traduzidos), nos materiais didáticos, nos métodos de ensino, e nas teorias educacionais.

Desse modo, salientamos que durante o império tivemos diversas missões pedagógicas, tanto de caráter particular, como públicas. Dentre outras, podemos salientar a de Abílio César Borges (1824-1891), médico, professor, diretor de escola, membro do Conselho de Instrução Pública da Corte. O Barão de Macaúbas, como era conhecido, realizou três viagens pedagógicas à Europa, 1866, 1870 e 1879 buscando, no velho continente, práticas pedagógicas e modelos escolares que pudessem contribuir para a qualidade de seu estabelecimento educacional. (MIGNOT e GONDRA, 2007)

Na república essa prática teve continuidade, particularmente, por ocasião das reformas de inspiração escolanovista, nos anos 20 e 30 do século XX, havendo uma busca constante de operar mudanças na educação nacional, tomando como parâmetro experiências realizadas no estrangeiro. Diversos educadores, e muitos dos “reformadores”, lançaram mão de uma série de estratégias para se aproximarem do que havia de mais moderno em termos de educação.

Em suma, prédios escolares, livros didáticos, bibliotecas, mobiliários, métodos de ensino, povoavam estas iniciativas e não escaparam das atenções de todos aqueles que buscavam respostas para romper com o atraso no qual julgavam se encontrar o país,

cujo sistema educacional estava, nesta representação, em completa desestruturação (MIGNOT e GONDRA, 2007, p. 08).

Assim, a prática de “viagens pedagógicas” vigorou durante certo tempo, mas principalmente nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Compreendendo, portanto, a importância dessas missões para as reorganizações educacionais de países e/ou Estados, é que propomos investigar neste artigo a missão educacional encaminhada pelas autoridades republicanas gaúchas, ao Uruguai, nos anos de 1913 e 1914 bem como suas implicações para o cenário educacional.

Cabe destacar nesse sentido, que desde a ascensão ao poder dos republicanos no Estado do Rio Grande do sul, a escola passou a ser um objeto de preocupação das autoridades públicas, pois, tinha-se a clareza de que as escolas eram porta vozes de um ideário. Desse modo, ao controlar e reorganizar sua estrutura, estavam os republicanos positivistas inoculando sua forma de ver o mundo.

Peres (2010) afirma que, nesse contexto, a criação dos colégios elementares representou um novo modelo escolar e uma nova cultura. Em 1909, com a criação dos colégios elementares, um modelo novo de escola primária começou a ser erguido, substituindo as “velhas e arcaicas” escolas elementares, que no geral funcionavam em uma única sala de aula e tendo apenas um professor. A criação de nove colégios elementares no Estado¹ e a aprovação de novas normativas para a organização técnico-pedagógica, tais como o Decreto nº 1575 e o Decreto nº 1576 - que apresentavam, respectivamente, novo programa e novo regimento interno para os estabelecimentos de ensino públicos -, suplantaram, assim, um novo arquétipo escolar.

Desse modo, a justificativa por apresentarmos como foco deste artigo a missão educacional ao Uruguai está circunscrita ao preenchimento de uma lacuna na historiografia da educação gaúcha e em buscar compreender as influências dessa missão para esse ensino que estava sendo estruturado na primeira década do século XX. Cabe ressaltar que a análise pautou-se em fontes como as Mensagens encaminhadas à

¹ Os nove colégios elementares estabelecidos no Rio Grande do Sul foram todos localizados no interior do Estado: Bagé, Rio Pardo, São Jerônimo, Encruzilhada, São Sebastião do Caí, Bento Gonçalves, Santa Maria, Santa Cruz, Montenegro.

Assembleia Legislativa, os Relatórios da Secretaria do Interior e Exterior e o Relatório escrito pelos professores rio-grandenses com as impressões da viagem.

Para tanto, em um primeiro momento contextualizamos o cenário uruguaio a fim de compreendermos como o mesmo estava organizado no período em que foi escolhido como destino para a missão educacional. Logo após, apresentamos a organização e desenvolvimento da missão. E encerramos este artigo com algumas problematizações acerca das implicações para o contexto educacional do Rio Grande do Sul.

1. O contexto uruguaio

Nas primeiras décadas do século XX, o Uruguai passa cada vez mais a ter um papel de destaque, impulsionado pelo governo de José Batlle y Ordóñez que se expressará em uma atitude paternalista, assim como atuará como mediador nos intensos conflitos sociais que se produzem nesse início de século, enfrentamentos de trabalhadores e classe patronal, como também impulsionador de um desenvolvimento industrial voltado a substituição das importações.

Dois foram os mandatos de José Batlle y Ordóñez, o primeiro de 1903-1907, o segundo de 1911-1915. Enquanto dirigente estabeleceu profundas reformas, dando margem a ascensão de novas forças sociais, entre elas a classe média urbana da capital e ao proletariado que começa a se organizar (CAETANO, 2011; NAHUM, 2013).

Algumas reformas como o fortalecimento do Estado com o aumento do número de ministérios, a criação do Supremo Tribunal de Justiça em 1907, a limitação do poder da Igreja com aprovação de leis liberais, tais como o divórcio, a introdução em 1912, de leis protecionistas limitando e controlando a penetração de capital estrangeiro, oportunizaram a base para a modernização do país. Em relação as questões trabalhistas, o Estado assume o papel de conciliador entre as classes, intervindo mediante uma legislação protetora ou com garantias efetivas de direito de sindicalização.

No plano social, há um crescimento vegetativo da população, assim como uma acelerada taxa de urbanização. No último quarto do século XIX a população duplicou, passando de 500.000 mil habitantes para 1.000.000, e no primeiro quarto do século XX, atinge a cifra de 1.500.000. Parte desse aumento populacional é decorrente dos fluxos

migratórios ocasionados pela primeira guerra mundial (ODDONE, 2008; CAETANO, 2011; NAHUM, 2013).

Por sua vez, no plano cultural e educacional, uma forte mudança foi a expansão do sistema público de educação, que chegou a abarcar quase a totalidade da população. Como exemplos dos feitos nesse campo, temos, em 1912, a criação de escolas secundárias departamentais e o livre acesso, em 1916, ao ensino secundário e superior. Estes aspectos, unidos a um relativo bem-estar econômico deu lugar ao surgimento de uma classe média que desempenharia uma forte cobrança relativa ao papel do Estado.

No que tange ao ensino primário, o crescimento da população escolar passou de 45.617 matriculados em 1897, a 74.717 em 1910, atingindo 157.300 no ano de 1930. O número de escolas para atender a essa população escolar cresceu também, de 545 escolas em 1897 a 1.100 escolas no ano de 1930. O número de professores também é significativo, de 2.300 em 1910, passa a 3.600 em 1930 (BRALICH, 1987, p. 80).

Salientamos ainda, que nas primeiras décadas do XX, políticas de supressão do ensino religioso nas escolas foram encetadas pelo Estado, fato consubstanciado pela Lei de 6 de abril de 1909, disposição que se enquadra no plano de laicização do Estado.

A confrontação entre a Igreja e o Estado pela ocupação de novos espaços públicos durante as últimas décadas do século XIX, e as primeiras décadas do século XX, alcançando um limite pontual em 1919 com a separação institucional de ambas. Contudo essa solução política não dirimiu a questão religiosa no Uruguai. Ao contrário, vários temas continuaram sendo motivos de debates, ficaram como pendências não resolvidas do processo de secularização², questões que nenhuma das partes estavam dispostas a ceder. Um desses temas foi precisamente o da educação.

O processo de secularização uruguaio, fortemente estatal, cujos resultados mais notórios foram a privatização do religioso e a implantação gradual de uma religião civil laicizada, pretendia também definir os conflitos latentes sobre o ensino. Deste modo se configurou um debate em que de um lado polemizaram liberais anticlericais, promotores do “monopólio estatal da educação”, que privilegiavam as vias institucionais para fazê-lo; e do outro lado, temos os católicos, que tendo como bandeira a “liberdade de

² Processo de implementação do Estado como determinante das relações políticas, ou seja, cabe ao Estado o ordenamento da sociedade.

ensino”, onde defendiam a iniciativa privada e religiosa da educação, “intentando salvaguardar un espacio público ante el fuerte avance del proceso de secularización en la sociedad uruguaya” (GREISSING, 2000, p. 69).

Tanto liberais anticlericais, como católicos, manejavam argumentos na defesa de uma ou de outra posição. Afinal, para os contendores, muitas coisas estavam em jogo: “nada más ni nada menos que la responsabilidad de la formación de la conciencia de los futuros ciudadanos”. (LA TRIBUNA SOCIAL, set. de 1922, p. 19). As crianças apareciam como possíveis reféns de um Estado Liberal que, “disfrazado bajo el manto de la legalidad”, invadia a escola para converte-los “en un centro de propaganda laica, atea, materialista” (LA TRIBUNA SOCIAL, set. de 1922)³; ou ao contrário, como afirmavam os liberais, uma Igreja que claramente quer o domínio sobre as almas. É perceptível que esse tópico – educação – o enfrentamento entre o Estado e a Igreja não poderia ser cordial.

Nas primeiras décadas do século XX, as lideranças educativas do Uruguai, capitaneadas pelo Inspetor Nacional da Instrução Primária, Dr. Abel J. Pérez, compreendiam que a base fundamental de toda a educação estava alicerçada na escola, e para que tivesse qualidade na mesma, se fazia necessário ter bons professores, já que “[...] é da escola primária que surge o verdadeiro e mais sólido progresso das nações; é ali que se elabora e se prepara a evolução científica da sociedade [...]” (MEMÓRIA, 1914, p. 84).

Além disso, essa administração procurou melhorar o levantamento de dados estatísticos sobre as escolas, possibilitando um uso mais racional de recursos humanos e financeiros; adequar e aparelhar as bibliotecas escolares, com novos aportes de obras didáticas, inclusive muitas do exterior; reorganizar os programas escolares; ampliar e disseminar as Conferências⁴, onde Carlos Vaz Ferreira desempenhou um papel relevante; organizar o Congresso de Inspetores em Montevideú, em 18 de fevereiro de 1907. Outro aspecto que sofreu modificações foi adoção de textos escolares. Nesse sentido, cabe salientar que a seleção desses materiais passou a eleger:

³ Sobre o papel da imprensa nos conflitos sobre educação, consulte-se: FERRETJANS, Daniel Álvarez . Historia de la Prensa en el Uruguay. Montevideo: Busqueda/Editorial Fin de Siglo, 2008.

⁴ As Conferências eram destinadas aos professores com o intuito de criar uma unidade nos discursos e práticas desenvolvidas no ensino primário.

[...] á todos aquellos que aunque sean de una misma materia, se encuadren en los programas escolares: así los Maestros pueden preferir los que consideren más adecuados, y los autores didácticos se esfuerzan á fin de que suas obras llenen las legítimas aspiraciones del magisterio público y sus educandos” (ARAÚJO, 1911, p. 512).

Nos primeiros anos do século XX, a formação de “maestros” se fazia nos dois Institutos Normais (para homens e mulheres), que funcionavam no excelente edifício das ruas Cuareim e Colônia e que contava com uma escola prática anexa aos mesmos. Os estudos tinham duração de 2 anos⁵ e a idade mínima de ingresso era de 15 anos. Esses estudos foram se modificando aos poucos, e posteriormente passaram a ser de 4 anos de estudos gerais, posteriores ao primário, tendo uma certa equivalência aos estudos secundários. Essa nova estrutura, que estabelecia o título de “maestro”, eliminou a distinção anterior de “maestro” de 1º e 2º grau, os quais deveriam desempenhar cargos nas escolas de 1º e 2º grau, respectivamente (BRALICH, 1987, p. 82)⁶.

2. Visitando o Uruguai.

O governo de Borges de Medeiros no intuito de modernizar o Estado, além do investimento na infraestrutura econômica, tais como melhorias do porto de Rio Grande, ampliação da malha ferroviária, etc., também buscava qualificar e melhorar o sistema educacional. Desse modo, objetivando qualificar o ensino gaúcho, ou seja, na tentativa de reorganizar o ensino primário, com novos métodos, com um corpo docente

⁵ No início do século XX tinham a duração de 2 anos. Em 1903 passam para 3 anos e, em 1918, passam a ter a duração de 4 anos.

⁶ Cabe destacar que nesse período o ensino primário uruguaio estava organizado em 3 graus: 1º, 2º e 3º grau.

disciplinado e competente, a administração gaúcha teve a iniciativa em 1913 e de 1914⁷, de enviar ao Uruguai uma missão de professores e professoras⁸.

Para tanto constituiu uma comissão de educadores, liderados por Alfredo Clemente Pinto (Diretor da Escola Complementar de Porto Alegre), além de Afonso Guerreiro Lima, Ondina Godoy Gomes, Georgina Godoy Moritz, Marieta de Freitas Chaves e Florinda Tubiano. Incumbida de observar os métodos de ensino seguidos nos estabelecimentos de instrução pública daquele país o principal objetivo da missão era “conhecer de perto os sistemas e processos educativos postos em prática nas aulas públicas desta pequena, mas, adiantada e florescente República” (RELATÓRIO DA VIAGEM, 1914)⁹.

Permanecendo por três meses no país vizinho, os membros da comissão tiveram oportunidade de visitar os estabelecimentos apresentados no quadro a seguir.

Quadro nº 1: Cronograma de trabalho dos comissionados

Data	Instituição visitada	Subgrupo
24/09 à 04/10	Escola de 1º grau nº 2	Georgina Godoy, Ondina Godoy e Affonso Guerreiro Lima.
	Escola de 1º grau nº 9	Clemente Pinto, Florinda Tubino e Marietta Freitas Chaves.
	Colégio de 2º grau nº 27	Marietta Freitas e Florinda Tubino.

⁷ Cabe a ressalva de que a missão ocorreu em dois momentos: no ano de 1913 e no ano de 1914. Discorremos sobre os diferentes objetivos no decorrer do artigo.

⁸ Temos também o registro da intencionalidade do governo Borges de Medeiros de enviar em setembro para Buenos Aires os delegados das aulas públicas do estado para estudarem os métodos de ensino usados na Argentina. “Consta que Borges de Medeiros pretende também enviar uma comissão à Europa com o mesmo fim” (Opinião Pública. Pelotas: 20 de agosto de 1913, p. 02).

⁹ Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior pelo Dr. Firmino Paim Filho, Diretor Geral em 30 de agosto de 1914. Porto Alegre: Off. Graphics da Casa de Correção, 1914.

07/10 à 24/10	Colégio de 2º grau nº 5	Georgina Godoy, Affonso Guerreiro Lima.
	Colégio de 3º grau nº 2	Marietta Freitas e Florinda Tubino.
	Colégio de 3º grau nº 1	Georgina Godoy, Ondina Godoy, Affonso Guerreiro Lima.
04, 05, 06 e 07/11	Escola de Aplicação anexa à Escola Normal de Moças	Relatório assinado por todos
10, 11, 12/11	Jardim de Infância	Relatório assinado por todos
13 e 14/11	Asilo Maternal	Relatório assinado por todos
17/11	Escola ao Ar Livre	Relatório assinado por todos
19/11	Instituto dos Surdos-Mudos	Relatório assinado por todos
	Biblioteca e Museu Pedagógico	Relatório assinado por todos

Fonte: Quadro organizado pelos autores a partir dos dados apresentados no Relatório encaminhado ao Diretor Geral Firmino Paim Filho e ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, Protásio Antônio Alves, 1914.

Como pode ser observado a partir do quadro, para melhor desempenhar as tarefas, o Profº Clemente Pinto dividiu os comissionados em dois subgrupos. O primeiro era composto por Alfredo Clemente Pinto, Marieta Chaves e Florinda Tubino e teve durante as visitas o acompanhamento do inspetor uruguaio Luiz Pencatel. O segundo foi constituído por Georgina Gomes, Affonso Guerreiro Lima e Ondina Godoy e foi

acompanhado por Marieta Garcia de San Martin, também inspetora uruguaia. Todavia, como também pode ser evidenciado, as últimas sete instituições foram visitadas por todo o grupo. É possível apreender, ainda, que o grupo visitou, prioritariamente escolas de ensino primário (1º, 2º e 3º grau) e as escolas tidas no país como modelos por atenderem à especificidade de ensino como, por exemplo, crianças surdas e crianças propensas a tuberculose.

As autoridades uruguaias mencionaram uma dessas “visitas” em um documento intitulado “Memoria”¹⁰. Por ser um documento oficial do Estado, sua característica principal era descrever nos mínimos detalhes todos os estabelecimentos do país. Assim, no informe apresentado pela Diretora do Instituto Normal de 1913, sobre o andamento da Escola Normal, foi encontrado o seguinte registro:

El establecimiento fué a su vez visitado por ilustrados representantes de la cultura extranjera, entre otros, la doctora Rosalia Morton, médica neoyorkina; el señor Alfredo Clemente Pinto¹¹, Director de la Escuela Complementaria de Porto Alegre. Esta última visita fué de resultados trascendentales, pues como fruto de ella, al iniciarse el curso de 1914, nuestro Gobierno ofreció tres becas al de Río Grande, y habiendo sido aceptado el ofrecimiento se presentaron con el objeto de seguir los cursos, las señoritas Olga Acauan, Marina da Cunha y Carolina da Cunha¹², e como oyentes para varias clases teóricas y la práctica de la enseñanza, las señoritas Blanca D. Pereira, Idalina Pinto y Mauá, J. de Souza, becasadas por el Gobierno de Rio Grande del Sud. (PÉREZ, 1915, p. 69)¹³.

¹⁰ Memoria correspondente a los años 1911 a 1914, inclusive presentada a la Dirección General de Instrucción Primaria y al Ministerio de Instrucción Pública por el Doctor Abel J. Pérez, Inspector Nacional. Montevideo: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1915.

¹¹ Nessa “Memoria”, foi registrado o nome Adolfo Pinto.

¹² Diversas vezes os nomes foram grifados de maneira equivocada, caso de Olga Acanan, e Carlina da Cunha. Tomamos a liberdade de fazer as devidas correções.

¹³ Cabe a ressalva de que embora os professores rio-grandenses não tenham registrado no Relatório da viagem entregue às autoridades gaúchas uma visita específica à Escola Normal inferimos, a partir dos dados da pesquisa, que, senão todos os integrantes da missão, ao menos o Profº Clemente Pinto esteve nessa instituição a fim de estabelecer algumas combinações sobre a viagem das alunas mestras que seria realizada em 1914 para o Uruguai, e que trataremos na sequência do texto.

O grupo de professores do Rio Grande do Sul, procurando analisar os mais diversos aspectos da educação uruguaia, registraram no Relatório entregue às autoridades gaúchas, inúmeras facetas de seu funcionamento buscando tecer comparações com o ensino gaúcho. Desse modo, salientaram questões referentes ao uso dos espaços físicos, aos prédios (tamanho, localização, qualidade, pátios, as salas de aula, claridade, etc.), o tipo de mobiliário e material usado em sala de aula (as carteiras, cadeiras, armários, os tinteiros, as penas, etc.).

Também registraram sobre a disciplina e ordenamentos, isto é, como estava composta a “maquinaria escolar”. Perceberam o enorme disciplinamento dos alunos, o controle efetivo por parte das autoridades, a força e implantação de um nacionalismo acerbado de cunho cívico e patriótico: marchas de fundo militar, cantos patrióticos, hinos a bandeira, filas e obediência severa aos toques (sinetas), etc. Elogiaram, ainda, a organização pedagógica, em particular a grade curricular da escola primária.

Em síntese, as impressões apresentadas pelos comissionados demonstram um conjunto de elementos considerados como exemplares seja relativo a didática de ensino, a organização técnico-pedagógica, a infraestrutura, a disciplina como também ou à formação de professores. Nesse sentido, é perceptível uma certa idealização desse modelo de ensino, principalmente ao compararem com o modelo do Rio Grande do Sul.

Em contrapartida, uma das vantagens que foi destacada do sistema educacional gaúcho em relação ao país vizinho, foi no que diz respeito ao ensino da escrita e leitura. De acordo com a comissão, o sistema fonético inicial de ensino, adotado pelos nossos vizinhos, era inferior ao gaúcho, baseado em João de Deus. Com este sistema, relata a comissão, conseguimos nas nossas aulas, em 3 meses, ensinar uma turma de 60 alunos a ler com acerto e firmeza, sabendo dar a razão do que lê; ao passo que com o sistema fonético, nas aulas daqui (refere-se ao Uruguai), que não excedem de 30 alunos, ainda depois de 6 meses a criança titubeia na leitura e às vezes chega a ler palavras que não estão escritas, o que prova que o resultado desse ensino é, em grande parte, um esforço de memória. (RELATÓRIO DE VIAGEM, 1914, p. 178).

Apesar desses pormenores, o relatório ressaltava as enormes vantagens que colhe o profissional com o estudo em outros países e/ou Estados, de sorte que, “mesmo em caso de superioridade de sistema do observador, eles podem ser melhorados em detalhes”. (Ibid., p. 08).

Nesse sentido, Protásio Alves registrou em seu relatório as seguintes observações sobre o alcance dessa primeira viagem:

De acordo com as instruções de V. Exc., comissionei um grupo de professores da Escola Complementar, sob a chefia do seu digno diretor, para estudar no progressista vizinho Estado Oriental a organização e métodos de ensino. Durante a estada em Montevideú, foi a comissão alvo de inequívocas manifestações de simpatia, que muito nos penhoram, por serem principalmente expressivas de deferência à nossa nacionalidade. Após cuidadosa observação, revelada pelos seus relatórios, veio a comissão pôr em prática na Escola, melhoramentos na técnica do ensino, de real valor. (RELATÓRIO, 1914, p. 08).

Não encontramos nos relatórios dos anos seguintes nenhuma indicação explícita do que estava sendo efetivamente adotado no sistema gaúcho. Contudo, alguns indícios e pistas podem ser evidenciados no Decreto 2.224 que foi aprovado pelas autoridades gaúchas no ano de 1916. O mesmo orientava que as turmas de primeira classe do curso anexo à Escola Complementar, possuísem, no máximo, 30 alunos e que as professoras passassem a registrar, anteriormente, no livro Diário as lições que seriam ministradas no dia seguinte para que o diretor pudesse fiscalizar se o programa estava sendo cumprido.

No de ano de 1914, foi encaminhado ao Uruguai outro grupo, desta vez composto por seis alunas mestras com o objetivo de “[...] aperfeiçoarem os seus estudos e práticas do magistério, colhendo os proveitosos ensinamentos da observação dos métodos e resultados do ensino em um meio escolar diferente daquele em que fizeram os seus cursos.” (A *FEDERAÇÃO*, 09/04/1914, p.4).

Peres (1999) e Arriada e Tambara (2013) indicam que esse segundo momento da missão foi decorrente da convicção de excelência do modelo escolar vigente no Uruguai, contudo, os dados analisados até o momento da pesquisa nos possibilitam afirmar que a viagem de 1914 foi estabelecida por acordo ainda no ano de 1913.

Foram selecionadas para esse estágio no país vizinho as seguintes alunas: Olga Acauan, Carolina Cunha, Idalina Mariante Pinto, Marina Cunha, Maria José de Souza e

Branca Diva Pereira de Souza, todas oriundas da Escola Complementar de Porto Alegre. Três dessas alunas - Olga Acauan, Carolina Cunha e Idalina Mariante Pinto - foram matriculadas no Instituto Normal feminino, recebendo apoio financeiro tanto do governo gaúcho, como do governo uruguaio. As outras três receberam apenas subsídio financeiro do governo gaúcho.

Do grupo de seis alunas apenas duas concluíram seus estudos em 1916, que foram Olga Acauan e Branca Diva Pereira. Dessa experiência e vivência cotidiana de três anos em Montevideú, resultou posteriormente no Rio Grande do Sul a adaptação e publicação de duas cartilhas, que tiveram como modelo o livro publicado pelo professor uruguaio José Henriques Figueira, “Quieres leer? Método Analítico-Sintético para la enseñanza de la lectura y de la ortografía”.

A primeira dessas cartilhas é o livro “Queres Ler” de autoria das professoras Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza, que no prefácio dessa obra declararam:

Manda-nos o dever declaremos que o eminente professor uruguayo José Henriques Figueira, concedendo-nos a autorização solicitada para aplicarmos ao nosso 1º livro a perfeita processologia por ele observada no seu “Quieres Leer?”, fe-lo com rasgos de fidalguia e desinteresse cavalheiroso (ACAUAN; SOUZA, 1931, p. III).

Por sua vez, José Henriques Figueira, assim se manifestava sobre a referida obra:

He leído la adaptación al idioma português de mi libro “Quieres leer?”, hecha por las maestras normalistas Olga Acauan y Blanca Diva Pereira de Souza. El trabajo está bien realizado, tanto, que estoy seguro de que la edición portuguesa de mi libro facilitará el aprendizaje educativo de la lectura y escritura a los niños del Brasil, alcanzando en dicha república el éxito halagador que ha obtenido la edición castellana en los estados rioplatenses; éxito que se debe, principalmente, a los métodos y procedimientos empleados y a los muchos detalles y pequeñeces

que se tienen en cuenta en la obra, y que son todos ellos importantes para la acción educativa. (FIGUEIRA, 1931: Apud: ACAUAN; SOUZA, 1931).

A outra cartilha, “Quero Ler: primeiro livro de leitura. Ensino global da leitura e escrita pelo método visual-ideológico”, foi produzida apenas por Olga Acauan. Nesta nova obra, a autora enuncia na capa que trata-se de uma obra que articula conjuntamente o ensino da leitura e da escrita. Não parte de palavras isoladas, mas sim de textos organizados por temas. Uma menina, no caso denominada Maria, conduz as lições que são apresentadas. Ela é que vive as situações descritas nas lições, tanto as que acontecem dentro da escola, como aquelas fora da escola: em casa, na cidade e no campo. Em alguns momentos apresenta algumas sugestões de atividades, tais como exercícios de completar palavras e frases. Cabe a ressalva de que ambos os livros foram publicados pela casa editorial Selbach de Porto Alegre.

Quanto ao uso dos livros no ensino público gaúcho, é destacado por Peres (1999, p: 101) que livro *Queres Ler* obteve mais sucesso do que o livro *Quero Ler*, “porque [Queres Ler?] rompeu definitivamente com o ecletismo da palavrção, da sentencição, da silabação, da fonética, já que apresentava, desde o início do processo, textos para o ensino da leitura.” (PERES, 1999, p. 101). Desse modo, o livro identifica uma geração de professoras e alunos das escolas gaúchas dos anos 20-30 do século XX.

Concluindo

A missão educacional encaminhada ao Uruguai em 1913 e 1914 tinha como intuito geral acompanhar e vivenciar o modelo de ensino vigente naquele país. Para tanto, as autoridades do Rio Grande do Sul não apenas contaram com um qualificado grupo de professores, como o mesmo contava com a presença do Diretor da Escola Complementar, no caso Alfredo Clemente Pinto.

A partir das impressões dos viajantes, registradas no Relatório de viagem, foi possível evidenciar uma certa idealização do modelo de ensino uruguaio em comparação ao modelo do Rio Grande do Sul como, por exemplo, os aspectos

arquitetônicos dos prédios escolares, a adequação e uso pertinente de mobiliários, assim como uma preocupação com os materiais escolares. Certamente diversas desses aspectos descritos como positivos pelos comissionados tenham trazido implicações para o campo da educação gaúcha, por ora identificamos duas.

A primeira foi assinalada por Protásio Alves indicando que algumas práticas e questões técnico-pedagógicas começaram a ser utilizadas na Escola Complementar de Porto Alegre, o que evidencia que as primeiras “apropriações” foram feitas no curso que qualificava os professores primários e que na época era tida como modelo para as demais escolas do Estado.

A segunda implicação observada foi em relação ao uso de material didático no espaço de sala de aula, mais pontualmente nos processos de ler e escrever, como ficou evidenciado na adaptação da obra do educador José Henriques Figueira, pelas educadoras gaúchas que participaram da missão.

Cabe ressaltar ainda, que diversos desses professores que participaram da missão educacional realizada nos anos de 1913 e 1914 assumiram, posteriormente, cargos de dirigentes em entidades educativas do Estado, o que nos possibilita inferir que, possivelmente, as implicações que a missão educacional teve tenham sido mais amplas e estejam articuladas também aos cargos assumidos, o que merece maior aprofundamento em pesquisas futuras.

Podemos salientar que na primeira década do século XX, o Estado do Rio Grande do Sul procurou alavancar um processo de modernidade pedagógica, para tanto um novo modelo de escola se configurava – os colégios elementares – representando (na ótica das autoridades) uma superação da velha e arcaica escola, para o agora considerado novo, a escola graduada. Nela uma nova forma escolar passa a vigorar, um ensino seriado, professores com uma formação mais adequada, funcionamento da escola em um único prédio, novos métodos de ensino, um uso mais racional do material didático, ampliação da escolarização da população gaúcha, etc. Em muitos sentidos o exemplo do Uruguai, consubstanciou essa nova configuração.

Assim, as análises apresentadas neste artigo evidenciam que, em parte, esse avanço observado no início do século XX é decorrente da experiência vivenciada na próspera nação vizinha. Ainda que em detalhes, as reorganizações propostas a partir de

diferentes missões, experiências, são sempre importantes para compreender as diferentes relações que foram/vão constituindo o sistema de ensino público, no caso deste trabalho, do Rio Grande do Sul.

Referências bibliográficas

ACAUAN, Olga; SOUZA, Branca Diva Pereira de. **Queres ler?**: primeiro livro. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1931.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre. Disponível em:

< <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pesq=> > . Acessado em Março de 2014.

ARAÚJO, Orestes. **Historia de la Escuela Uruguaya**. Montevideo: Imp. El Siglo Ilustrado, 1911.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. Uma missão pedagógica ao Uruguai: Aprendizagem, métodos, princípios. **Anais 19^a ASPHE**, 2013. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/187000894/Caderno-de-resumos-do-19%C2%BA-encontro-da-Asphe-RS> . Acessado em março de 2015.

BASTOS, Maria Helena Camara; TAMBARA, Elomar Galegaro. A Escola Nova no Rio Grande do Sul: eventos e atores em cena. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza. (Org.). Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946). Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2011.

BRALICH, Jorge. **Breve Historia de la educación en el Uruguay**. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1987.

CAETANO, Gerardo. Lo privado desde lo público. Ciudadanía, nación y vida privada en el Centenario. In: BARRÁN, José Pedro; CAETANO, Gerardo; PORZECANSKI, Teresa. (Dirección). **Histórias de la vida privada en el Uruguay**. Tomo 3. Individuo y soledades (1920-1990). Montevideo: Ediciones Santillana, 1998.

_____ La República Batllista. Tomo 1. **Ciudadanía, Republicanismo y Liberalismo en Uruguay (1910-1933)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Historia contemporánea del Uruguay: de la Colonia al Mercosur**. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1995.

FERRETJANS, Daniel Álvares. **Historia de la Prensa en el Uruguay**. Montevideo: Busqueda/Fin de Siglo, 2008.

GREISSING, Carolina. Conflictos y tensiones en el debate por la educación durante el Centenario (1910-1934). In: CAETANO, Gerardo. **Los uruguayos del Centenario: nación, ciudadanía, religión y educación (1910-1930)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MENSAGEM enviada a Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Vice-Presidente em exercício General Salvador Ayres Pinheiro Machado, em 20 de outubro de 1915. Porto Alegre: Oficinas graphicas d' "A Federação", 1915.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; GONDRA, José Gonçalves. (Org.). **Viagens Pedagógicas**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

NAHUM, Benjamín. **Breve Historia del Uruguay independiente**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.

ODDONE, Juan A. A formação do Uruguai moderno (1870-1930). In: BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Volume V. De 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2008.

OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 16.09.1913.

PERES, Eliane. **A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres Ler? e Quero Ler**. [89-103]. História da Educação. Vol. 3. Nº 6. Pelotas: Editora da UFPEL, outubro de 1999.

_____ A Escola graduada no Rio Grande do Sul no início do século XX: a implantação de um novo modelo e de uma nova cultura escolar. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

PÉREZ, Abel J. **Memoria** correspondente a los años 1911 a 1914, inclusive presentada a la Dirección General de Instrucción Primaria y al Ministerio de Instrucción Pública

por el Doctor Abel J. Pérez, Inspector Nacional. Montevideo: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1915.

PROGRAMA dos Collegios Elementares (Decreto nº 1575, de 27 de janeiro de 1910) – Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Officinas typographicas d'A Federação, 1910.

REGIMENTO interno dos Collegios Elementares (Decreto nº 1576, de 27 de janeiro de 1910) – Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Officinas typographicas d'A Federação, 1910.

RELATÓRIO apresentado ao Ex. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 08 de setembro de 1913. Porto Alegre: Off. Graphicas da Livraria do Globo, 1913.

RELATÓRIO apresentado ao Ex. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 08 de setembro de 1914. Porto Alegre: Off. Graphicas da Casa de Correção, 1914.

RELATÓRIO de viagem apresentado ao Ex. Sr. Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior pelo Dr. Firmino Paim Filho, Diretor Geral em 30 de agosto de 1914. Porto Alegre: Off. Graphicas da Casa de Correção, 1914.